



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A
 MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL**

**THE COUPISM OF THE ARMED FORCES: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN
 MILITARIZATION AND DEMOCRACY IN BRAZIL**

**EL GOLPISMO DE LAS FUERZAS ARMADAS: UN ANÁLISIS DE LA RELACIÓN ENTRE LA
 MILITARIZACIÓN Y LA DEMOCRACIA EN BRASIL**

José Batista de Andrade¹

e616102

<https://doi.org/10.47820/recima21.v6i1.6102>

PUBLICADO: 1/2025

RESUMO

Este artigo narra e discute os diversos golpes de Estado, tentados ou consumados, ao longo da história republicana nacional, perpetrados, direto ou indiretamente, pelas nossas forças armadas. Através de uma pesquisa bibliográfica, identificamos que a prática golpista dos militares decorre, em grande medida, de sua atuação na política; atuação esta que tem sido reiteradamente estimulada pelos países imperialistas, em especial, os Estados Unidos, como instrumento de nos manter deles dependentes. O estudo destaca a intensa militarização dos negócios do Estado e da vida civil como sendo uma das causas da fragilidade de nossa democracia. Além disso, observamos que o fenômeno da militarização tem implicações sociais, culturais e econômicas bastante para nos manter na periferia do sistema capitalista. Concluímos que a politização das forças armadas tem sido altamente prejudicial à democracia ao longo de toda nossa vida republicana.

PALAVRAS-CHAVE: Forças armadas. Politização. Golpe militar. Democracia.

ABSTRACT

This article narrates and discusses the various coups d'état, attempted or accomplished, throughout the history of the national republican period, perpetrated, directly or indirectly, by our armed forces. Through a bibliographic research, we identified that the military's coup practices stem largely from their involvement in politics; this involvement has been repeatedly encouraged by imperialist countries, especially the United States, as a tool to keep us dependent on them. The study highlights the fragility of our democracy as a result of the high degree of militarization of Brazilian state affairs and civil life as a whole. Furthermore, we observe that the phenomenon of militarization has significant social, cultural, and economic implications that keep us on the periphery of the capitalist system. We conclude that the politicization of the armed forces has been highly detrimental to democracy throughout our republican life.

KEYWORDS: Armed forces. Politization. Military coup. Democracy.

RESUMEN

Este artículo narra y discute los diversos golpes de Estado, intentados o consumados, a lo largo de la historia republicana nacional, perpetrados, directa o indirectamente, por nuestras fuerzas armadas. A través de una investigación bibliográfica, identificamos que la práctica golpista de los militares se debe, en gran medida, a su actuación en la política; actuación que ha sido reiteradamente estimulada por los países imperialistas, especialmente los Estados Unidos, como un instrumento para mantenernos dependientes de ellos. El estudio destaca la fragilidad de nuestra democracia como resultado del elevado grado de militarización de los asuntos del Estado brasileño y de la vida civil en su conjunto. Además, observamos que el fenómeno de la militarización tiene implicaciones sociales, culturales y económicas que nos mantienen en la periferia del sistema capitalista. Concluimos que la politización de las fuerzas armadas ha sido altamente perjudicial para la democracia a lo largo de toda nuestra vida republicana.

PALABRAS CLAVE: Fuerzas armadas. Politización. Golpe de Estado. Democracia.

¹ Juiz de Direito no Ceará. Formado em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e mestre em Direito pelo Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

INTRODUÇÃO

A República brasileira nasceu com o pecado original do golpe militar de 1889, por meio do qual o marechal Deodoro da Fonseca ousou derrubar a ordem instituída do Império, vigente desde 1824, quando a nossa primeira e única Constituição imperial instalou o Estado monárquico brasileiro. À época, esse regime encontrava-se bastante enfraquecido, tanto devido à abolição da escravidão (1888), sua instituição fundamental, quanto à debilidade do estado de saúde do imperador Dom Pedro II. Embora não estivesse moribundo, a fragilidade desse regime era tamanha que não foi capaz de esboçar qualquer resistência ao golpe. Outros fatores também contribuíram para tal desfecho, como a crescente popularização das ideias republicanas, o descontentamento social proveniente do aumento da pobreza e da desigualdade, e, principalmente, da elevação do apoio de setores militares ao movimento republicano da época.

O golpe militar é uma ação repentina e desprovida de legitimidade democrática, através da qual as forças armadas de um país fazem uso indevido e arbitrário da força que o povo lhes outorgou, com a finalidade exclusiva de protegê-lo, para tomar o poder político, que deve ser sempre de natureza civil, sob pena de atentado contra o princípio fundamental de que as modernas democracias devem ser constituídas pelo conjunto de ideias e valores, como soberania popular, direitos humanos, pluralismo, separação dos poderes, soberania popular etc., e nunca pela força estatal.

Ao longo de menos de um século e meio de vida republicana, o Estado brasileiro já foi vítima de diversas intervenções das forças armadas na política, especialmente do Exército, dentre as quais merecem registro o movimento tenentista, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, com destaque para a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes (1925-1927). Atuações similares resultaram na queda de Getúlio Vargas em 1945 e seu suicídio em 1954 e na tentativa de impedir a posse de João Goulart como presidente da República, em decorrência da renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Depois disso, houve o golpe militar de 1964, no contexto da Guerra Fria, seguido de vinte e um anos de ditadura militar. Mais recentemente, encontramos as digitais das forças armadas no *impeachment* da presidente Dilma (Guilherme, 2021) e na prisão do Lula (Barbosa, 2021). E para completar esse rol de trapaceio do fardados, tivemos a tentativa de golpe militar associada ao então presidente Jair Bolsonaro, após as eleições de 2022, de que trata o relatório do inquérito da Polícia Federal, de nº 4546344/2024 (Supremo Tribunal Federal, 2024).

Este estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a politização das forças armadas e a prática de golpe de estado no Brasil, avaliando suas implicações na consolidação da nossa democracia. Seus objetivos específicos são: i) examinar a trajetória histórica dos golpes de estados – tentados ou consumados – no país, com foco na participação das forças armadas; ii) investigar como a militarização das instituições públicas tem levado à fragilidade da democracia brasileira; e iii) analisar casos recentes da conduta dos militares e seu impacto na governança civil e na confiança da população nas instituições democráticas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Por seu turno, o presente estudo é bastante pertinente devido ao contexto atual de crescente militarização das instituições civis brasileiras e o recrudescimento de discursos golpistas. Por isso, torna-se essencial uma análise crítica da relação entre a militarização e a democracia para compreensão de suas consequências decorrentes e para que possamos desenvolver estratégias que protejam e fortaleçam as instituições republicanas. Além disso, a pesquisa apresenta relevância para estimular o debate acadêmico, bem como para despertar a necessidade de formação de políticas públicas voltadas para o respeito e o estímulo dos valores democráticos.

O problema proposto consiste em saber de que maneira a politização das forças armadas tem contribuído para a ocorrência dos golpes de estado e quais são suas implicações para a consolidação da nossa democracia?

Para atender aos objetivos propostos e responder à problemática apresentada, o presente artigo foi estruturado em três seções. A primeira delas, denominada "Militarização do Brasil", aborda fatos que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento da militarização do país e o modo como ela tem atuado na política, ao ponto de levar boa parte da sociedade a clamar, recentemente, por um golpe militar. A segunda seção, nominada "O papel das forças armadas no golpismo", mostra a forma pela qual as forças armadas nacionais têm agido nas intervenções militares perpetradas ao longo da nossa experiência republicana, suas articulações e suas alianças, seguida da apresentação de um rol de golpes militares com suas funestas consequências para a sociedade como um todo. A última seção, intitulada "A relação entre militarização e democracia", mostra o quanto a militarização tem sido nociva ao engrandecimento da nossa democracia, ao desenvolvimento econômico e à formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, a título de considerações finais, busca-se refletir sobre o que está por trás de toda essa atuação golpista dos militares, quem são seus principais beneficiários e quem são suas verdadeiras vítimas, num contexto em que as forças armadas se apresentam ora como tutoras da sociedade, ora como poder moderador dos três poderes constitucionais.

1. A MILITARIZAÇÃO NO BRASIL

A militarização é um fenômeno multifacetado, decorrente de um processo bastante complexo, capaz de exercer enorme influência sobre diversos setores da sociedade, a partir das instituições, práticas e valores militares. Nas terras tupiniquins, ela surgiu ainda no período colonial, em particular a partir da Batalha dos Guararapes (1649), em que as forças coloniais portuguesas conseguiram derrotar e expulsar os holandeses, numa típica disputa entre dois impérios coloniais, mas que foi capitaneada pelos nossos militares, especialmente os do Exército, para a formação da crença segundo a qual eles se enxergam como os fundadores da nação brasileira (Faria, 2020). Isso os tem feito ressurgir como salvadores da pátria nas diversas crises políticas que vivemos, como aconteceu na própria Proclamação da República (1889), no movimento tenentista da década de 1920, na Revolução de 1930, no golpe do Estado Novo de 1937, na queda de Getúlio Vargas em 1945, no suicídio de Getúlio Vargas em 1954; na tentativa de golpe para impedir a posse de Juscelino



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Kubitschek, seguida do contragolpe pelo general Henrique Teixeira Lott, ambos em 1955; na invenção do parlamentarismo para impedir João Goulart de assumir a presidência da República como chefe do governo brasileiro em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros; no golpe militar de 1964, seguido da ditadura militar que durou até 1985, na chantagem para aprovação da Lei da Anistia de 1979, na positivação do artigo 142 da Constituição de 1988, no *impeachment* da ex-presidenta Dilma e na prisão do então ex-presidente Lula, e, por último, na tentativa de golpe militar que resultou na invasão dos prédios dos três poderes em 8 de janeiro de 2023. Em todos esses fatos, eles estiveram direta ou indiretamente envolvidos.

A princípio, de acordo com o Instituto Tricontinental de Pesquisa (2022), o processo de militarização do Estado e da sociedade ocorre em várias dimensões. A primeira delas consiste na crescente ocupação por militares de cargos públicos, em geral de natureza tipicamente civil, seja de provimento eletivo ou por indicação, culminando no exercício do cargo de ministro da Saúde, durante a maior crise sanitária dos últimos cem anos – a Covid-19 – por um general da ativa, no período de setembro de 2020 a março de 2021, e na designação de uma comissão das forças armadas para observar a integridade das urnas eletrônicas durante a campanha eleitoral de 2022. Na segunda dimensão, ocorre a aplicação de doutrinas tipicamente militares, pensadas para momentos de guerra externa, em ambientes civis, como a doutrina do inimigo interno aplicada à política pública de segurança, o que se traduz na matança de jovens pobres e negros da periferia, resultando em grave violação de direitos humanos.

Ademais, uma terceira dimensão desse processo se dá pela exportação de valores militares para a Administração Pública, como nas escolas cívico-militares, nas quais os jovens alunos aprendem a bater continência para policiais aposentados, numa relação binária tipicamente militar de hierarquia e disciplina, totalmente incompatível com a vida civil. Além disso, essas escolas focam na valorização de matérias exatas, em notório prejuízo das humanas, com a conseqüente formação de um comportamento conservador nesses jovens. A quarta dimensão, por sua vez, consiste na militarização de qualquer problema da esfera pública, como foi o combate à pandemia da Covid-19, como se esse problema de saúde pública pudesse ser eliminado à bala. Por fim, a quinta dimensão consiste na militarização do orçamento do Estado. Um efeito dessa dimensão foi o aumento salarial que os militares tiveram durante a pandemia da Covid-19, enquanto os demais servidores públicos tiveram seus salários congelados, e a inclusão de benefícios previdenciários para os militares, contrastando com a exclusão de direitos para os demais servidores, materializados na reforma da previdência de 2019.

Outrossim, a militarização também está presente no Legislativo e no Judiciário. Hoje em dia, tem sido muito comum ver deputados e senadores com nomes como “general tal”, “coronel tal”, “delegado tal”, “fulano de tal da federal” etc. Uma justificativa para tanto pode ser que, desde Benjamin Constant, os militares costumam se ver como os salvadores da pátria, além de se considerarem uma espécie de reserva moral da nação (Svartman, 2024). No Judiciário, não tem sido diferente. Um exemplo da militarização vem da própria Suprema Corte, em que o general Fernando



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Azevedo e Silva foi nomeado para a composição do gabinete da Presidência dessa Corte pelo ministro Dias Toffoli (de 13 de setembro de 2018 a 10 de setembro de 2020), por indicação do então general Eduardo Villas Bôas, ele que, meses antes, havia ameaçado o próprio STF com um *twitter* - publicado na noite do dia 3 de abril de 2018 -, para que não fosse concedido *habeas corpus* ao Lula, o que resultou na sua prisão e exclusão da disputa eleitoral daquele ano.

No contexto da educação, é importante mencionar que a chamada escola cívico-militar representa uma forma de militarização das pessoas desde a tenra idade, com a finalidade de formar adultos obedientes à ordem instituída pelo sistema capitalista, a partir de uma filosofia de ensino focada na obediência. Em sua dissertação de mestrado, Lima (2018, p. 162) chega à conclusão de que esse modelo de ensino tem por objetivo subtrair “o papel social da educação de formar cidadãos livres de toda forma de dominação”, imprescindível para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e para a consolidação da democracia, formando cidadãos obedientes, individualistas, apolíticos e insensíveis às contradições da ordem posta, em especial às desigualdades sociais, através da formatação e homogeneização de seus alunos. Dito de outra forma, a escola cívico-militar “não se trata de um projeto de educação, mas de controle” (Hoshino, 2022). Controle esse que visa à formação de cidadãos passivos e alienados, para que, como tais, passem a ver com naturalidade as exclusões sociais, pela ótica que leva a crer que os excluídos são os únicos responsáveis por sua própria miséria, que “bandido bom é bandido morto”, como se os bons fossem apenas homens brancos da classe média, porque, por essa visão, os da elite estão fora do alcance da lei, não cometem crimes. Essa visão maniqueísta também serve para naturalizar o crime praticado pelo policial que mata “bandido” fora da situação de legítima defesa, autorizada pelo art. 23, II, combinado com o art. 25, ambos do Código Penal, ainda que essa morte tenha sido realizada mediante tortura ou qualquer outro meio cruel ou insidioso, ou seja, com grave violação dos direitos humanos.

Dessa forma, a excessiva militarização do aparelho do Estado tem se espalhado para a vida privada como um todo, criando uma cultura de absoluta dependência dos civis em relação aos militares, o que justifica o fato de que, mesmo depois de o país ter passado pelos horrores de um recente período de vinte e um anos de ditadura militar (1964 a 1985), que deixou um saldo de pelo menos 434 mortos e desaparecidos, segundo apuração da Comissão Nacional da Verdade (2014), além de quase 2.000 que foram torturados (Garcia, 2022), muitas pessoas ainda clamem, recentemente, por um golpe militar. A situação chegou a tais proporções que alguns indivíduos, acampados em frente ao Comando Militar do Sul, em Porto Alegre, mesmo sendo esta capital de um dos estados mais desenvolvidos do país e com forte concentração de descendentes de europeus, o que se presume mais esclarecidos, com os celulares na cabeça e a lanterna virada para o céu, pediam luzes para encorajar as forças armadas a perpetrarem um golpe, com a finalidade de manter no poder o candidato derrotado democraticamente nas últimas eleições presidenciais, o ex-presidente Jair Bolsonaro (Zero Hora, 2022). Isso só pode ser uma demonstração do quanto a militarização em nosso país tem sido capaz de bestializar muitas pessoas, subtraindo-lhes até mesmo a capacidade de percepção do ridículo evidente.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Portanto, esse quadro mostra que, há muito, a sociedade brasileira vem sendo tutelada pelos militares, como se os civis, verdadeiros titulares do poder político, fossem incapazes de se autogerir, o que é altamente prejudicial à consolidação da democracia. Isso porque, diferentemente da vida militar, pautada na hierarquia e na disciplina, ambas necessárias para a atuação primordial do enfrentamento de situações de risco real ou iminente, em que o uso da força e da violência é imprescindível; a vida civil, em contraste, é caracterizada pela flexibilidade e pela negociação na resolução dos conflitos do cotidiano, ambas imperativas ao regime democrático.

2. O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NO GOLPISMO

O estado moderno, como entidade política formada pela junção de três elementos: uma população, um território e um governo soberano, age através de dois grupos de servidores públicos, que devem atuar de forma impessoal: um burocrático e outro militar, sendo este autorizado, por lei, a exercer, de acordo com a teoria do Estado, o monopólio da violência como sua atividade central, consistente na capacidade estatal exclusiva de usar ou autorizar a força para o fim privativo de proteger seus cidadãos contra ameaças externas, como invasões de outras nações, e internas, provenientes de crimes e distúrbios (Saint-Pierre, 2024, p. 22-23). Fora dessa finalidade, o uso da força será arbitrário, pois o grupo de servidores autorizado a usá-la “não é uma classe, nem um partido, mas uma função primordial do Estado” (Carlo, 2019, p. 34-61). Aos civis, por sua vez, deve caber a função privativa de deliberar, não devendo os militares decidirem ou influenciarem “nas decisões soberanas do governo da sociedade”, sob pena de sério prejuízo à governabilidade política (Saint-Pierre, 2024, p. 24). Somente os agentes políticos com mandato legitimado pelo voto popular estão autorizados a tomar decisões que afetem a sociedade. Logo, por não serem eleitos pelo voto popular, os militares são agentes públicos, não agentes políticos, com a função primordialmente de defesa externa da nação e da ordem interna.

Acontece que, diferentemente das forças armadas dos países centrais do capitalismo, principalmente formados pela tríade Estados Unidos, União Europeia e Japão, que possuem atuação majoritariamente focada na defesa nacional e na proteção dos interesses estratégicos do Estado, tanto internos como externos, as forças armadas dos países periféricos — América Latina, África e parte da Ásia — normalmente, se voltam para intervenções internas, decorrentes de um processo histórico de interferência na política, que, geralmente, resulta em golpes de Estado ou no apoio e sustentação de regimes autoritários, através do uso indevido da força para conter o exercício democrático da oposição.

Disso decorre que, ao passo que os países centrais fortalecem cada vez mais sua defesa com elevados orçamentos militares, que propiciam investimentos em tecnologia de ponta e modernos equipamentos de defesa, bem como na profissionalização de suas forças armadas, os países periféricos buscam a manutenção da ordem através de um forte processo de militarização do aparelho do Estado e da sociedade civil, resultando no exacerbamento das desigualdades sociais e da repressão. Isso ocorre porque essa militarização leva ao travamento do desenvolvimento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

econômico e social, devido ao desvio de recursos para financiamento militar, que deveriam ser utilizados em políticas públicas.

No contexto da geopolítica, Penedo (2021) entende que, no que diz respeito à divisão internacional do trabalho de defesa, os países são agrupados em pelo menos três blocos quanto à atuação de suas forças armadas: i) os impérios; ii) os alinhados; e iii) os brechas. Estes últimos são países com sérios problemas de instabilidade interna, nos quais as forças armadas podem estar divididas em facções ou grupos vinculados a diversas lideranças políticas. Nesse grupo estão países como a Somália, o Iêmen e a República Democrática do Congo. Já os imperialistas, dos quais os EUA são o principal representante, seguido atualmente pela China, são países que exercem notório controle ou influência sobre outras nações, notadamente através da utilização de instrumentos econômicos, políticos ou militares.

Por sua vez, os alinhados, nos quais o Brasil se insere, são aqueles em que a função principal de sua defesa é controlar a ordem social interna, secundária no contexto internacional, sendo a garantia dos interesses dos países imperialistas aos quais estão alinhados como uma de suas principais finalidades. Isso ocorreu ao longo da Guerra Fria, em que os movimentos sociais eram considerados o inimigo interno que deveria ser combatido em nome da luta ocidental contra o comunismo, um movimento que, no fundo, interessava exclusivamente aos Estados Unidos em sua disputa imperialista contra a União Soviética. Tanto é verdade que, cá entre nós, por exemplo, praticamente se deixou de falar em comunismo depois da queda deste império econômico, por uma razão muito simples: os EUA deixaram de ter um concorrente bélico e econômico no cenário mundial.

Todavia, com o recente recrudescimento da China como real competidora dos ianques, esse tal fantasma vermelho voltou a frequentar o nosso vocabulário do cotidiano, fomentado pelo discurso da nossa direita, historicamente ligada à “estrutura econômico-social colonial do país e contemporaneamente ao pensamento neoliberal globalizado e às práticas autoritárias” (Gentile, 2018, p. 98), e que, na maior parte do tempo, esteve subordinada aos interesses estadunidenses. Ilustram essa subordinação, por exemplo, a subserviência do governo Dutra (1946-1951), que foi incondicionalmente alinhado a esses interesses (Moura, 1990), a subordinação dos governos da ditadura militar (1964-1985) a esses mesmos interesses (Braga, 2002), e a promoção, após a redemocratização nos anos 1980, de políticas neoliberais, a partir da adoção de uma agenda de abertura comercial e financeira e de privatizações para atender, sobretudo, aos interesses dos norte-americanos, preconizados no chamado Consenso de Washington, seguido à risca pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que resultou em um forte processo de desindustrialização do país.

Tais reformas, além de não entregarem o crescimento econômico prometido, ainda resultaram na reprimarização da nossa economia (Teixeira; Pinto, 2012), fazendo com que voltássemos a ser um “fazendão” exportador de *commodities* e importador de produtos industrializados, com o inevitável agravamento da balança de pagamentos, a ser compensado com a entrada de capital especulativo, que, como o nome sugere, é totalmente improdutivo e aumenta a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

dependência externa do país. A propósito da atuação dos países imperialistas sobre os alinhados, no que diz respeito à dependência de suas forças armadas, Penedo (2021, p. 113) afirma que:

Os países imperialistas, particularmente os EUA, mantêm os países alinhados dependentes na área de defesa, não apenas de equipamentos importados em virtude do nosso desenvolvimento científico insuficiente — o que reforça essa dependência. Esta dependência se manifesta também mais profundamente na formulação do pensamento estratégico, fruto da guerra cultural levada a cabo pelos estadunidenses. Mesmo perdendo todas as últimas guerras (Vietnã, Afeganistão, Iraque, Síria...), os EUA venderam uma 'receita de sucesso' na política de defesa, qual seja: armamentos em maior quantidade e tecnologias cada vez mais avançadas vencem guerras.

Sendo um país periférico e sem tradição de conflitos externos, tendo em vista a inexistência de países inimigos em sua vizinhança ou à distância, o Brasil, em todo o seu período republicano, iniciado em 1889, com exceção das missões de paz da ONU no Timor-Leste (1999) e no Haiti (2004 a 2017), atividades típicas de países alinhados, atuou apenas, e por pressão dos Estados Unidos da América (EUA), na Segunda Guerra Mundial, em 1943, na Itália, juntamente com os aliados, através da chamada Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta por cerca de 25.000 soldados. Essa falta de atividade no exercício da defesa da soberania fez com que suas forças armadas se dedicassem quase que exclusivamente à defesa interna do país, uma atividade tipicamente policial, o que leva ao abandono de sua necessária postura de neutralidade, com o conseqüente envolvimento em disputas políticas e eleitorais.

Por conseguinte, e tendo em vista sua postura tradicionalmente conservadora, até mesmo em função de sua estrutura hierarquizada, necessária à criação de um ambiente em que a obediência e a liderança são fundamentais, quase sempre a atuação dos militares na política se volta contra os movimentos progressistas da sociedade, por entender que as ideias inovadoras desses movimentos desafiam a ordem estabelecida. Essa ordem nada mais é do que uma construção das classes dominantes, que, naturalmente, são conservadoras, por defenderem a manutenção das normas políticas, sociais e econômicas vigentes, uma vez que a elas favoráveis. Para preservar essa estrutura de poder, as forças armadas são utilizadas com a finalidade de reprimir movimentos sociais que lutam por mudanças que tornem essa ordem mais justa e democrática. Eis a razão pela qual o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem sido visto pelos militares com animosidade e desconfiança, principalmente, porque esse movimento social legítimo luta por mudanças na estrutura fundiária do país, marcada pelo latifúndio, especialmente no contexto do agronegócio, que, geralmente, está associado à grilagem de terras públicas, à violência contra povos originários, ao uso de jagunços para afugentar ou matar pequenos produtores rurais circunvizinhos, além das práticas reiteradas de desmatamento predatório e de crimes ambientais. Para esses absurdos, as forças armadas fecham os olhos, mas ficam furiosas com qualquer movimento legítimo do MST.

Esse agir dos militares, no sentido de combater os movimentos sociais para manter a ordem estabelecida, interessa, em particular, às elites, resultando em uma aproximação ideológica entre a força militar e a classe econômica dominante. Por conseguinte, sendo tais elites ligadas à direita do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

espectro político, por defenderem valores como conservadorismo, individualismo e liberalismo econômico, e sendo aqueles movimentos ligados à esquerda, por defenderem valores como igualdade social, justiça econômica, direitos humanos e solidariedade, temos que as forças armadas acabam agindo como um partido político de direita. Essa condição, somada à sua função de órgão de defesa, fez com que passassem a tratar os movimentos sociais como o inimigo interno a ser combatido, principalmente durante a ditadura militar, com base na Doutrina de Segurança Nacional, na qual toda contestação à ordem era considerada um movimento comunista a ser abatido.

Em seguida, a partir da década de 1990, com a virada neoliberal, a gestão da pobreza passou a ser militarizada, através das operações de garantia da lei e da ordem, e o novo inimigo interno passou a ser o narcotráfico e o crime organizado, com a finalidade de “tornar acessível o território do ascendente mercado de baixa renda” (as favelas) à nova ordem econômica. Depois do *impeachment* da ex-presidente Dilma, a esquerda voltou a ser considerada esse inimigo interno, ao qual também foi inserida a figura abstrata do “marxismo cultural”, como forma de estabelecer um ambiente formado pela “combinação da racionalidade econômica concorrencial” com a lógica da militarização, baseada na hierarquização da guerra (Andrade, 2021, p. 29).

Na medida em que foram ganhando poder político, através do processo de militarização, os fardados passaram a fazer cada vez mais intervenções que, historicamente, afetaram a política e a sociedade como um todo. Durante o império, eles fizeram várias atuações com a finalidade de reprimir movimentos sociais, como a Revolta dos Malês (1835), a Revolução Farroupilha (1835-1845), a Sabinada (1837-1838) e a Revolta dos Quebra-Quilos (1833), para manter o regime monárquico, oligárquico e escravocrata. Entretanto, foi com a Guerra do Paraguai (1864-1870) que eles se organizaram e se profissionalizaram como forças armadas. Daí para frente, sem mais histórico de ação externa, essas forças passaram a ser usuais na participação política, voltando-se, diretamente, para a repressão aos conflitos entre classes sociais e organizações políticas, o que levou às diversas intervenções e golpes, tentados ou consumados, a partir da própria Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 546-547) afirmam que o “golpe militar ou *pronunciamento* é a forma mais frequente do golpe de Estado”, em que:

Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física.

Dito isso, vamos às intervenções ou golpes militares, consumados ou tentados, que reputamos dignos de registro neste trabalho, quais sejam: i) golpe militar da Proclamação da República (1889); ii) movimento tenentista ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, com destaque para a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes (1925-1927); iii) Revolução de 1930; iv) golpe do Estado Novo (1937); v) golpe que resultou na queda de Getúlio Vargas em 1945; vi) golpe que resultou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954; vii) golpe para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

impedir a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República em 1955; viii) contragolpe para garantir essa posse, também em 1955; ix) golpe para impedir a posse de João Goulart como presidente da República, em decorrência da renúncia de Jânio Quadros, em 1961; x) o golpe militar de 1964, no contexto da Guerra Fria; xi) intervenção militar no *impeachment* de Dilma e na prisão de Lula; e xii) a tentativa de golpe militar de 8 de janeiro de 2023. A seguir, faremos uma contextualização de forma a contemplar aqueles que reparamos como sendo os mais importantes.

A princípio, a monarquia, como forma de governo adotada pelo Brasil após sua independência, foi, na verdade, uma extensão disfarçada do Antigo Regime colonial, tendo em vista que, ao contrário dos demais países sul-americanos que conquistaram sua independência mediante guerras de libertação e implantaram a república como sua forma de governo, a nossa independência consistiu em um processo relativamente acordado e pacífico. Como tal, a monarquia alcançou seu apogeu no período compreendido entre 1850 e 1870, quando entrou em decadência, por se tratar de um regime conservador e incompatível com os ventos da modernidade liberal-democrática da época (Lynch, 2018). Isso levou, num primeiro momento, à abolição da escravidão (1888), sua principal instituição. Porém, a despeito desses problemas enfrentados, a monarquia não era um doente terminal. Sua extinção exigia sérias mudanças constitucionais que a maioria dos políticos não estava disposta a fazer, até porque o imperador Dom Pedro II ainda gozava de considerável popularidade. Por isso, somente por obra de um golpe, que dependia do apoio dos militares, a monarquia seria extinta.

Nesse cenário, a alta oficialidade, que surge como ator principal, até aceitava o regime monárquico em si, mas não tolerava a classe política, a quem, provocativamente, chamava de “casacos”, como forma de demonstrar que eles, que se enxergavam como defensores da ordem e da moral, viam os políticos civis como inadequados ou ineficientes para a condução dos negócios do Estado. Na época, a classe política era formada quase que totalmente por bacharéis, na grande maioria filhos da classe rural, que, como tais, conduziam as rédeas da política na direção de seus interesses, a partir de “conchavos, clientelismo e nepotismo”. Enquanto isso, os militares, que eram provenientes das classes médias, consideravam-se patriotas destemidos a serviço da pátria, mas se achavam injustiçados devido aos baixos soldos que recebiam. Além disso, entendiam que eram prejudicados em suas promoções devido à corrupção política, que somente poderia ser combatida por uma boa ditadura militar, segundo chegou a confidenciar o marechal Floriano Peixoto (Lynch, 2018). Uma forma que eles encontraram para seu fortalecimento político e contraposição a tudo isso foi a criação do Clube Militar (1887), um espaço de debate e articulação política, tendo como seus principais líderes o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto.

Paralelamente ao Clube Militar, surgiu a figura do soldado-cidadão, fortemente defendida por Benjamim Constant, segundo o qual o militar, além de integrante das forças armadas, é também um cidadão ciente de seus direitos e deveres, numa clara associação do militarismo com a cidadania, passando a ideia de defesa da ordem, sendo esta defesa um passo na direção do golpe militar. Tanto o Clube Militar, quanto Benjamim Constant, tinham inspiração no positivismo associado ao lema



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

“Ordem e Progresso”, com o qual entendiam que a modernização do país e das forças armadas somente seria possível com o advento da República. No entanto, essas ideias não eram consenso nas forças armadas, que nunca foram um bloco monolítico. Apenas uma pequena fração do Exército esteve envolvida na conspiração que resultou na Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889 (Castro, 2024, p. 56).

Como fruto da ação de poucos militares, o golpe da Proclamação da República foi perpetrado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que, motivado, em princípio, por um espírito de vingança, porque tinha sido demitido do comando militar no Rio Grande do Sul e retornado à Corte, resolveu derrubar, no dia 15 de novembro de 1889, o chefe do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto. Isso lhe parecia bastante. No entanto, foi convencido por Benjamim Constant e pelos “jovens militares republicanos” por ele liderados a avançar e proclamar a República (Castro, 2024, p. 67). Com isso, e tendo em vista a ausência de resistência do governo, tanto por sua fragilidade, agravada pela abolição da escravidão, sua principal instituição, como devido ao debilitado estado de saúde do imperador, Deodoro resolveu ampliar o alcance de sua intervenção, com a derrubada do Império e a Proclamação da República no final desse dia. Assim, se consumou o primeiro golpe militar de nossa história, que também se constituiu no pecado original da nossa República. O próprio Deodoro foi seu primeiro presidente, sucedido, pelo também militar, o marechal Floriano Peixoto.

Essa República, conhecida na historiografia como República Velha (1889-1930), teve como características mais importantes (i) o regionalismo e (ii) a corrupção eleitoral. No primeiro caso, isso se deve à existência de partidos políticos de âmbito apenas estadual, que levou à dinâmica da chamada “Política dos Governadores”, consistente na aliança entre o governo federal e os governadores, como forma de manter a ordem estabelecida. Dessa aliança resultou que as elites dos estados mais importantes do país – São Paulo e Minas Gerais – passaram a escolher o presidente da República, o que ficou conhecido como a política do “café com leite”, tendo em vista a predominância da estrutura agrária do país, em que São Paulo produzia café e Minas Gerais, leite. A corrupção eleitoral foi outro problema fundamental desse período. Ela consistia na prática reiterada de manipulação e fraudes nas eleições, o que acabou sendo um fator preponderante para a deslegitimação do regime e a insatisfação popular, com o conseqüente rompimento desse regime em 1930.

Nesse contexto, surgem, a partir do início da década de 1920, vários movimentos de protesto contra a situação vigente, dentre os quais se destaca aquele que ficou conhecido como Tenentismo, um levante social encabeçado por militares de baixa e média patentes (tenentes) que estavam descontentes com a realidade política da Primeira República. Eles representavam os anseios da classe média urbana brasileira, então excluída do sistema político das oligarquias (Fagundes, 2010). Comandados por Juarez Távora, eles entendiam, com base na semente do intervencionismo militar plantada na Constituição de 1891, através de seu artigo 14, que as forças armadas eram essencialmente obedientes “dentro dos limites das leis”, que o governo estava fora da lei, e que tinham capacidade para decidir o que era e o que não era legal (Carvalho, 2024, p. 72-73). Eles



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

defendiam uma extensa pauta de reformas, dentre as quais a modernização do Exército, a moralização da política e a industrialização do país, esta vista como imprescindível à aquisição de certa autonomia econômica do Brasil, uma vez que, também, eram nacionalistas. De acordo com Fagundes (2010, p. 132) “os tenentes entendiam que o uso da luta armada seria o único caminho possível para a tomada do poder político; por isso, a ação dos tenentes foi rápida e violenta”. Os principais levantes desse movimento foram a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, de 1922, e a Revolta Paulista, de 1924.

Já a Revolução de 1930 foi uma decorrência desses levantes tenentistas. Sua principal bandeira, como afirma Fagundes (2018, p. 133), era “acabar com os vícios eleitorais e implantar um poder centralizador no país”. Houve confronto armado em diversas regiões do país, especialmente no Sul e no Sudeste, resultando na deposição do presidente Washington Luis, no dia 24 de outubro de 1930, seguida da nomeação de Getúlio Vargas como chefe do governo provisório, após 10 dias de assunção do governo por uma junta militar. Ele contou com a valiosa “colaboração de antigos líderes tenentistas”, como Góes Monteiro, Juarez Távora e Eurico Dutra, que foram rapidamente promovidos aos mais altos cargos da corporação militar, estratégia essa para ganhar o apoio deles na consolidação de seu projeto político de se manter no poder por um longo período. Muitos autores consideram essa revolução como sendo mais um golpe militar (Pandolfi; Grynszpan, 1997; Bueno, 2007).

Uma vez no poder, Vargas implementou sua magistral capacidade de combinar estratégias das mais diversas matizes, o que garantiu sua permanência até 1945, um período que ficou conhecido como “Era Vargas”. Os historiadores costumam dividir esse período em três fases: i) Governo Provisório (1930-1934); ii) Governo Constitucionalista (1934-1937); e iii) Estado Novo (1937-1945). Como provisório, Vargas adiou ao máximo seu compromisso de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para escrever a nova Constituição, o que veio a acontecer em 1934. Pela nova Constituição, Vargas foi eleito indiretamente para um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição, o que o desagradou sobremaneira, ainda mais porque ela definiu um modelo de Estado mais liberal, que contrastava com seu estilo de governo centralizador.

Dessa forma, o novo regime constitucional permitiu maior participação popular. Como forma de contê-la, Vargas aprovou, em 1935, a Lei de Segurança Nacional (LSN). Para se contrapor ao autoritarismo de Vargas, foi criado, também em 1935, o movimento político denominado Aliança Nacional Libertadora (ANL). Nesse mesmo ano, esse movimento se uniu aos comunistas e a alguns dos “tenentes” que estavam insatisfeitos com o governo e deflagraram o movimento armado que ficou conhecido como “Intentona Comunista”, com a finalidade de derrubar o governo. O movimento fracassou, mas o governo aproveitou para fechar o regime. Daí, em 1937, como estava chegando ao final de seu governo e Vargas não queria deixar o poder, eis que surge no radar o Plano Cohen, uma peça de ficção, datilografada pelo capitão Olympio Mourão Filho, o mesmo que, agora general, executou o golpe militar de 1964, que relatava o planejamento para uma nova insurreição comunista no país. Era tudo que Vargas queria. No dia 10 de novembro, pela manhã, tropas militares cercaram



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

o Congresso Nacional e, no final do dia, Getúlio Vargas anunciou à nação, através do programa de rádio *A Hora do Brasil*, a promulgação do novo regime, a ditadura do Estado Novo (Pandolfi, 1998). Foi mais um golpe militar para a história do Brasil.

É importante destacar que o autoritarismo de Vargas foi compatível com seu tempo, tendo em vista que, à época, prosperavam na Europa regimes ainda mais autoritários do que o seu, a exemplo do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha, do franquismo na Espanha e do salazarismo em Portugal. No entanto, importa dizer que ele conseguiu implementar um projeto nacional por meio de sua ideologia nacional-desenvolvimentista, com a qual ousou colocar um país essencialmente agrário nos trilhos do desenvolvimento econômico e da Revolução Capitalista (Bresser-Pereira, 2009), rumo ao alcance de certa autonomia política e econômica no cenário internacional (Saviani Filho, 2013). Contudo, isso o fez colecionar diversos adversários políticos, que iam desde os remanescentes da oligarquia agroexportadora paulista até as elites do Norte global, especialmente os Estados Unidos, que, desde então e até os dias atuais, condenam o nacionalismo nos países periféricos, não obstante o serem, por levar esses países ao desenvolvimento econômico, tudo que os ianques não querem, principalmente o Brasil, dado ao seu grande potencial de se tornar uma nação poderosa no cenário internacional, devido à sua extensão territorial, sua população e suas riquezas nacionais (Guimarães, 2009, p. 39). Além disso, a política trabalhista de Vargas também intrigava as elites empresariais nacionais, fazendo delas mais um de seus inimigos.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Vargas manteve sua política externa de dualidade de relação com as duas potências da época – Estados Unidos e Alemanha. No entanto, com a entrada daqueles na guerra, em 1941, eles começaram a pressionar o Brasil a tomar partido em seu favor, ao mesmo tempo em que aceitaram financiar a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Foi assim que Vargas resolveu entrar na guerra juntamente com os aliados, tendo enviado a Força Expedicionária Brasileira (FEB), formada por 25.000 soldados, que embarcou para a Itália no dia 2 de julho de 1944 (Moraes, 2018, p. 119). O convívio desses soldados com os soldados dos aliados, especialmente os estadunidenses, fez com que eles voltassem com uma nova perspectiva política e social, fulcrada numa visão mais ampla sobre democracia e direitos, totalmente incompatível com o regime varguista. Aqui chegando, esses soldados ajudaram a formar um clima de crescente descontentamento na caserna com Vargas. Esse descontentamento cresceu ao ponto de levar à sua destituição do poder, no dia 29 de outubro de 1945, pelos generais Eurico Dutra e Góes Monteiro, os mesmos que, há oito anos, o haviam ajudado a consumar o golpe militar do Estado Novo (Moraes, 2018, p. 122). Foi mais um golpe militar para a coleção da República brasileira.

Com a queda de Vargas, houve, no mesmo ano, a eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte, que produziu a nova Constituição de 1946. Ela instituiu o regime democrático e positivou direitos e garantias civis e políticos. O primeiro presidente eleito foi justamente o general Eurico Dutra (1946-1951), aliado de Getúlio no golpe militar de 1937 e seu carrasco no golpe militar que o derrubou em 1945. O governo Dutra adotou uma política econômica liberalizante voltada para o estímulo ao investimento estrangeiro, a partir da revogação do Decreto-Lei varguista nº 9.025, de 27



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

de fevereiro de 1946, que limitava a 8% as remessas anuais de lucros, juros e dividendos do capital estrangeiro registrado no Brasil (Nassif, 2006). A abertura econômica decorrente dessas medidas liberalizantes favoreceu as grandes empresas e o capital internacional, causando descontentamento na classe trabalhadora e entre os empresários nacionalistas, contribuindo sobremaneira para o retorno de Vargas ao poder, agora eleito democraticamente pelo voto popular, em 1950.

Esse retorno de Vargas se deu no contexto da Guerra Fria, marcado por um cenário de disputa entre projetos, em que, do lado ocidental, o império estadunidense fazia de tudo para evitar o avanço do império soviético, chamado de comunismo. Nesse contexto, os americanos editaram a Doutrina Truman, em 1947, com a qual ofereciam assistência militar e econômica aos países para o combate a qualquer ameaça comunista, e o Plano Marshall, também de 1947, para a recuperação da Europa devastada pela guerra. Essa doutrina contribuiu para o desenvolvimento de uma política de tutela e intervenção dos EUA nos países latino-americanos, que incluía a subordinação política, militar e econômica. Por essa ótica, a retomada do projeto desenvolvimentista de Vargas conflitava diretamente com os interesses estadunidenses. Isso gerou uma crise política interna, que resultou em intensa pressão política, que se agravou com a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda, que fazia uma oposição velada, somada ao descontentamento dos militares com o governo, por entenderem que Vargas estava perdendo as rédeas da situação política, o que levou ao seu suicídio no dia 24 de agosto de 1954. Não foi um golpe militar em sua forma clássica, mas não se deve negar que esse suicídio foi fortemente influenciado pela atuação dos militares. Em meio a toda essa turbulência, Vargas ainda conseguiu importantes conquistas para o país, como a Petrobras, em 1953, a ampliação das reformas trabalhistas, o fortalecimento do movimento sindical e o investimento em infraestrutura, como estradas, ferrovias e energia elétrica, imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e à integração do território nacional.

Dessa forma, Vargas saiu da vida para entrar na história, mas a sanha golpista dos militares não cessou. Tanto é verdade que, já no ano seguinte, tentaram impedir, com um golpe, a posse do sucessor eleito de Vargas, Juscelino Kubitschek, a pretexto de que ele representava a continuidade do trabalho varguista e, com isso, poderia permitir uma agenda de esquerda que levaria o país ao comunismo e, por fim, que sua vitória não foi legítima por não ter conseguido a maioria absoluta dos votos. O golpe só não foi consumido por conta do contragolpe ou golpe preventivo liderado pelo general legalista Henrique Teixeira Lott. Nesse sentido, Giannasi (2011) afirma, em sua tese de doutorado, que, à época, as Forças Armadas se dividiam em três grupos: o primeiro ligado à UDN (União Democrática Nacional), partido de direita vinculados aos interesses dos EUA; o segundo, identificado com posições de esquerda; e o terceiro, com uma postura tendente à neutralidade. Ação golpista idêntica ocorreu em 1961 para impedir a posse do vice-presidente João Goulart (Jango) na presidência da República, em decorrência da renúncia do titular, Jânio Quadros. Os ministros militares de então entenderam que Goulart representava um risco à segurança nacional por ser visto como um político de esquerda, vinculado ao trabalhismo e ao nacionalismo. Em um primeiro momento, esses ministros solicitaram que o Congresso Nacional desse um “golpe baixo”, com o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

impeachment de Jango, mas não foi aceito. Daí, após uma intensa campanha pela legalidade, encabeçada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, a solução “à brasileira” encontrada foi a instituição do parlamentarismo, com a finalidade de retirar de Jango a função de chefe de Estado. Todavia, quando tudo parecia resolvido, é que, de acordo com Pereira (2021), a Força Aérea Brasileira (FAB) montou a “Operação Mosquito”, um plano de interceptação e abate do avião que transportava Jango para o Brasil, pois se encontrava em missão internacional, operação essa que não teve êxito por ter sido sabotada pelos próprios sargentos da aeronáutica. Ele cita outra versão, segundo a qual, o general Ernesto Geisel teria ordenado uma invasão das bases aéreas por tropas do Exército para impedir a execução dessa operação.

Nesse barril de pólvora em que todos os caminhos levavam a um golpe militar, as Forças Armadas só aguardavam o melhor momento para consumá-lo, pois contavam com apoio crescente, tanto internamente, vindo da direita, representada pela UDN, de setores conservadores, como organizações empresariais, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da grande mídia, de setores da Igreja Católica, quanto dos EUA, que viam no governo Jango um risco potencial de entrada do comunismo no Brasil e na América Latina. Houve uma intensa mobilização ideológica nesse sentido, fomentada por uma campanha publicitária materializada por panfletos, filmes e programas radiofônicos e televisivos, com a finalidade de causar terror em diversos setores sociais, no sentido de que a permanência de Jango levaria o Brasil ao comunismo (Inácio, 2010).

Assim, no contexto da Guerra Fria, marcada pela rivalidade entre as duas superpotências mundiais – Estados Unidos e União Soviética – derivada do resultado da Segunda Guerra Mundial e fomentada por diferenças ideológicas, interesses geopolíticos e uma corrida armamentista crescente, os militares brasileiros se tornaram aliados fiéis dos Estados Unidos no combate ao comunismo, cabendo-lhes a tarefa de implementar ações de repressão e intervenções políticas, principalmente após o advento da Revolução Cubana de 1959, que levou à intensificação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), por meio da qual os EUA passaram a apoiar regimes militares ou governos autoritários contrários ao comunismo. Para tanto, promoveram programas de treinamento de militares brasileiros e de outros países da América Latina, através da Escola das Américas, também conhecida como escola de ditadores, que ministrava técnicas de interrogatório e repressão, inclusive por meio de tortura, com a finalidade de controlar e eliminar opositores políticos.

Apesar do grande impulso desenvolvimentista da era Vargas, o Brasil ainda era um país com enormes desigualdades sociais. Para enfrentar essa dura realidade, João Goulart entendeu como fundamental a implementação das reformas de base – agrária, bancária, fiscal, administrativa e política. Além disso, segundo Silva (2020, p. 29-30), ele defendia medidas nacionalistas consistentes em uma maior intervenção do Estado na economia, bem como um maior controle sobre os investimentos externos no país, através da regulamentação das remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas para seus países de origem. Todas essas medidas eram fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, mas eram tudo que os EUA não queriam, pois as viam como sendo de cunho socialista, principalmente no que diz respeito à reforma agrária e à nacionalização de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

setores estratégicos da economia. Nessa direção, o presidente John Kennedy, que dizia publicamente ser contra a deposição de Jango, trabalhou nos bastidores pela consumação de um golpe que o afastou do poder. Tanto é verdade que seu governo enviou para cá vários soldados americanos, chamados de “boinas verdes”, todos treinados, com a finalidade de combater os movimentos sociais aqui existentes. Paralelamente, a CIA conseguiu, com sua atuação, criar um clima de intensa conflituosidade interna no país que incitava e dava legitimidade aos militares para realizarem o golpe militar (Zanghelini, 2019).

Noutra frente, conforme pontua Faria (2018), o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, preparava um plano de contingência, conhecido como Operação *Brother Sam*, que consistiu no envio de um reforço naval e aéreo para o Brasil, o qual, de acordo com Fico (2009, p. 98, *apud* Silva, 2014), contou com “um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros [...] carregados com 100 toneladas de armas [...] e quatro navios-petroleiros”, com a finalidade de garantir o apoio necessário às tropas brasileiras golpistas, no caso de eventual resistência das tropas do governo Jango.

Considerando que, além de todo esse apoio do grande irmão do norte, internamente, o golpe contava com o apoio direto de altas patentes das Forças Armadas, bem como de empresários, políticos de destaque e governadores, o general bravateiro Olympio Mourão Filho (Starling, 2024, p. 6-7), o mesmo que, à época capitão, havia arquitetado o Plano Cohen, que justificou o golpe do Estado Novo em 1937, partiu de Juiz de Fora, Minas Gerais, para Brasília, na manhã do dia 31 de março de 1964, com uma tropa de cerca de 2.700 homens, com a finalidade de depor o presidente João Goulart. Para cumprir seu intento, ele contou com o apoio do poderoso comandante do II Exército, em São Paulo, general Amaury Kruel, embora este fosse um velho amigo (e compadre) de Jango e seu ex-ministro da Guerra. Por volta das 10 horas da manhã do dia 31 de março, ele entrou em contato com Jango, impondo-lhe a proibição de qualquer movimento popular contra o golpe que estava em curso, bem como a demissão de seus auxiliares considerados comunistas, como Abelardo Jurema, Raul Riff e Darcy Ribeiro, em troca da garantia de seu mandato. Com a recusa de Goulart, o general ordenou que sua tropa fosse ao encontro do general Mourão (Zanghelini, 2019). Na Comissão Nacional da Verdade, foi dito pelo coronel reformado Erimá Pinheiro Moreira que o general Kruel havia recebido a quantia de US\$ 1,2 milhão, em suborno, pago pela Federação das Indústrias de São Paulo (Uribe, 2014).

Uma vez deposto o presidente e declarado vago o cargo de presidente do Brasil, os EUA enviaram um telegrama saudando o novo presidente, o então presidente da Câmara, muito embora Jango ainda não tivesse saído do território nacional. No dia seguinte, tendo em vista a ausência de resistência, o general Castelo Branco, que viria a ser o primeiro presidente do regime militar que durou até 1985, entrou em contato com o embaixador Lincoln Gordon, dispensando o apoio logístico estadunidense, tendo sido desativada a operação *Brother Sam*. Disso decorre que, com base em Meirelles (2018, p. 170), é razoável afirmar que os EUA ocuparam o Brasil com as nossas próprias Forças Armadas, por mais contraditório que isso pareça.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Sucedeu, então, ao golpe um regime ditatorial de vinte e um anos, com a justificativa de que era necessário para combater o comunismo. Foi uma ditadura de direita para evitar uma imaginária ditadura de esquerda. Isso porque é fato que o comunismo nunca teve espaço de poder entre nós. Na verdade, o que os EUA queriam mesmo era impedir o desenvolvimentismo no Brasil, por proporcionar crescimento econômico e social. O comunismo era uma fachada que atendia, exclusivamente, aos interesses dos EUA e de suas empresas multinacionais, dos latifúndios e dos industriais associados. Por isso, qualquer reforma que viesse a favor da sociedade como um todo, eles logo se apressaram para chamar de comunismo (ZANGHELINI, 2019), o que culminou em uma paranóia coletiva.

Além de ser marcado pela prática sistemática de tortura, que resultou, entre outras atrocidades, na morte ou desaparecimento de 1.195 camponeses, segundo levantamento da Comissão Camponesa da Verdade – CCV –, citada por Valente (2024), os governos militares aprofundaram a dependência do Brasil em relação aos EUA, principalmente ideológica e econômica, o que resultou em uma estratosférica dívida externa, um tremendo arrocho salarial, com o conseqüente aumento da pobreza e uma hiperinflação (Instituto Tricontinental, 2022). Foi nesse cenário que eles entregaram o país de volta aos civis. Saíram do governo, mas mantiveram a tutela das instituições políticas. Nesse sentido, Luciana Aliaga (2020, p. 26), com base em Reis (2018), afirma: “Ademais, as FFAA no Brasil, em especial o Exército, sempre constituíram um organismo politizado, independente e insubordinado, alçando a si mesmo como ‘tutor da República’ e propondo-se a intervenções salvadoras”.

Justamente por isso, eles definiram os termos da Lei da Anistia – Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 -, fazendo inserir a expressão “os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, com efeitos retroativos a setembro de 1961, como forma de garantir a total impunidade aos militares e agentes da segurança que praticaram crimes de tortura, assassinato e desaparecimento durante todo esse período. Na sequência, impediram a aprovação da Emenda Constitucional das Diretas Já (1983). Depois, tutelaram o governo Sarney, como forma de compensar seu frágil apoio político, decorrente da assunção do governo em um contexto em que toda a legitimidade era de Tancredo Neves (Zaverucha, 2003).

Na Constituição de 1988, os militares impuseram o famoso artigo 142, que estabelece, em seu *caput*, que “as forças armadas destinam-se à garantia dos três poderes e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, o que, no mínimo, é confuso, dado a impressão de que como garantidoras, elas estão acima dos três poderes, sendo, pois, uma espécie de poder moderador, conciliando conflitos para a conquista da ordem que lhes compete, como leciona o jurista Ives Gandra Martins (2020). Isso levou o Supremo Tribunal Federal a desenvolver uma enorme engenharia interpretativa para concluir, recentemente (09.04.2024), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6457, que “A missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (STF, 2024).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Contudo, parte do povo brasileiro entende que as Forças Armadas são muito mais do que um poder moderador, estando, portanto, autorizadas a dar golpes como forma de manter a direita no poder, como aconteceu no movimento que levou ao acampamento em frente aos quartéis, com a plena conviência do Exército, o que, no mínimo, mostra a sua omissão na missão de garantir a lei e a ordem, iniciada logo depois do resultado das eleições presidenciais de 2022 e que culminou com a invasão dos prédios sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

A verdade é que, mesmo oficialmente fora do governo desde 1985, os militares continuam, nos bastidores, a dar as cartas no jogo político. Como prova disso, Victor (2022, p. 54) aponta que, como forma de se contrapor aos casos de corrupção no governo Collor, grupos de militares da reserva pugnam pela substituição do presidente pelo coronel Jarbas Passarinho, em vez do vice-presidente Itamar Franco, e que setores das Forças Armadas consideraram que o presidente Itamar se envolveu em um escândalo de proporções gigantescas devido à sua presença no Carnaval de 1994 ao lado de uma modelo (Lilian Ramos) que foi fotografada sem “calcinha”, como se fossem paladinos da moralidade.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, as forças armadas se mantiveram alinhadas com a ordem estabelecida, sem reclamar das políticas liberalizantes, que envolveram a privatização em massa das empresas públicas nacionais, inclusive as estratégicas para o desenvolvimento do país, e a subserviência aos Estados Unidos (Instituto Tricontinental, 2022). Todavia, com a relativa mudança de rumo na política, decorrente da assunção do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003, as forças armadas voltaram a mostrar suas garras. Prova disso foi, já no segundo governo Lula, a explícita oposição do general Augusto Heleno, então comandante militar da Amazônia, à demarcação da reserva indígena Raposa do Sol, além de classificar como “caótica” e “lamentável” a política indígena brasileira (Victor, 2002, p. 97).

No governo Dilma, especialmente a partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, os militares além de sabotarem os trabalhos dessa comissão, ainda passaram a fazer objeções explícitas contra esse governo. Nos anos seguintes, segundo Guilherme (2021), adotaram uma postura pública e ativa durante toda a crise política, que culminou no golpe do *impeachment* de Dilma e na prisão de Lula. Eles foram tão explícitos e diretos que chegaram ao cúmulo de ameaçar o STF, por meio do famoso *twitter*, do então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, articulado e redigido com o apoio do Alto Comando do Exército, e divulgado na noite do dia 3 de abril de 2018. Isso levou a essa Corte a rejeitar, no dia seguinte, por um placar de 6 a 5, o *habeas corpus* preventivo (HC) nº 152752, que resultou na prisão de Lula por 580 dias e no seu impedimento de participar das eleições presidenciais daquele ano (Barbosa, 2021). Algo inimaginável em um regime verdadeiramente democrático.

Respaldados nesse intenso processo de indevidas participações políticas, os militares, após tutelarem o governo Temer, a partir do general Sérgio Westphalen Etchegoyen, que, além de ter sido seu grande fiador na posse como presidente, foi também, segundo Araújo (2018), uma espécie de delegado das Forças Armadas junto à presidência, com poderes para reorganizar e controlar a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

inteligência do Estado, voltaram de vez ao governo com a assunção de Bolsonaro ao poder. Assumiram os mais altos cargos do primeiro escalão do Executivo e passaram a endossar as ideias golpistas do chefe, ao ponto de o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier, ter colocado sua tropa à disposição do plano golpista de Bolsonaro, apresentado em uma reunião com os comandantes das três forças, conforme testemunhou o general Freire Gomes, comandante do Exército nesse governo, na Polícia Federal, no âmbito do inquérito policial que apura os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023 (Mattos; Borges, 2024). Fato é que, conforme afirma César (2023), com base em reportagem do Jornal *Financial Times*, edição de 21 de junho de 2023, devido ao comprometimento de grande parte das forças armadas com o plano golpista de Bolsonaro, o governo Biden, através do Departamento de Estado, do Pentágono, da CIA e da própria Casa Branca, fez forte pressão sobre os militares brasileiros para impedir o golpe.

3. A RELAÇÃO ENTRE MILITARIZAÇÃO E DEMOCRACIA

Nas modernas democracias liberais, caracterizadas pela combinação de instituições democráticas sólidas, respeito ao estado de direito, proteção aos direitos fundamentais e participação cidadã, a neutralidade política das forças armadas é um elemento fundamental. Infere-se que, a *contrario sensu*, quanto mais militarizado for um país, menos democrático ele será. Em outras palavras, a militarização não combina com democracia, por pelo menos três razões. A primeira porque, enquanto a vida na caserna é baseada em uma estrutura fortemente hierarquizada, que torna a obediência regra na solução dos conflitos entre os militares; na vida civil, embora também possa envolver hierarquias, estas são muito menos rígidas e formais, permitindo que os conflitos sejam resolvidos pela via da conciliação, mediação e negociação. A segunda razão decorre do fato de que, sendo a formação militar tradicionalmente focada na defesa nacional e na proteção da soberania do Estado, necessariamente deve incluir a preparação para a guerra e a direção de operações militares; contrariamente, a vida civil foca na busca da promoção do bem-estar social, dos direitos humanos e da solução conciliada dos conflitos intersubjetivos, visando a convivência pacífica e o desenvolvimento comunitário. A terceira porque, enquanto na cultura militar preponderam a disciplina, o sacrifício, a lealdade e a hierarquia; na cultura civil, os valores maiores são a liberdade individual, a diversidade de opiniões e a participação democrática. Disso decorre que, sendo a democracia essencialmente civil e materializada pela política, os militares não devem se envolver em atividades políticas, sob pena de usurpação de direitos privativos dos civis.

Por outro lado, não se deve olvidar que o conceito de democracia engloba, além do âmbito político, consistente no direito de votar e ser votado, o econômico, que visa combinar justiça social e proteção ao meio ambiente, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável de qualquer nação. Foi nessa direção que, após a Segunda Guerra Mundial, se instituiu o estado de bem-estar social (*Welfare State*), principalmente nos países industrializados, consistente na combinação de políticas públicas de seguridade social, saúde pública, educação gratuita e de qualidade e habitação, somadas à intervenção do Estado na economia, visando a regulação dos mercados e a redistribuição



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

de renda como forma de promover a igualdade social por meio de uma estrutura institucional protetora que pudesse fazer frente aos efeitos nefastos decorrentes do liberalismo econômico (Pase *et al.*, 2020).

De nada adianta ter o direito de votar e não ter educação, saúde e segurança públicas de qualidade, não ter onde morar, creche para os filhos menores, ocupação lícita e digna e área de lazer e transporte. Sem o conjunto de tudo isso, o que temos é desigualdade social, que leva, necessariamente, à limitação da participação popular e da influência na formulação de políticas públicas e, até mesmo, à venda do próprio voto a políticos inescrupulosos. Sem o conjunto dessas políticas públicas, que são provenientes dos rumos da política econômica do país, o que resta é mais desigualdade social e menos democracia, com todas as consequências decorrentes, dentre as quais, ressalta-se o aumento da violência.

Acontece que o Brasil, cuja formação decorre de um processo de colonização de exploração, mantém-se na periferia do capitalismo há quinhentos anos, guardando consigo uma formação política, econômica e social bastante estruturada no autoritarismo, com profundas implicações nas relações de poder e na dinâmica social. Certamente, por isso é que, segundo Bresser-Pereira (2019, p. 30), nossas elites vivem em permanente contradição, pensando e agindo como se fossem “brancas e europeias”, o que as leva a criar instituições extrativistas, em vez de inclusivas, como as dos países ricos. Por isso mesmo, segundo Jessé Souza (2020, p. 109), essas elites operam como representantes das elites estrangeiras em seu próprio país, “cobrando um ‘pedágio’ pelo trabalho de repressão e submissão da própria população.” O autor acrescenta que, nessa condição, nossas elites agem como “elite funcional” das elites do capital internacional, ficando com a menor parcela do produto da exploração econômica e política de seu “próprio povo” (Souza, 2020, p. 110).

Se não bastasse essa atitude vassala de nossas elites – agronegócio e mercado financeiro, em especial – ela também tem sido costumeiramente seguida por boa parte da cúpula de nossas forças armadas. Um exemplo bastante ilustrativo dessa vassalagem vem do general Golbery do Couto e Silva, considerado o intelectual dos militares durante o período da ditadura militar (1964-1985), que propunha, literalmente, a entrega do Brasil, com todas as suas riquezas, aos EUA, em troca de nos livrarmos do comunismo. Comunismo esse que nunca foi problema nosso, mas deles. A propósito, Golbery (1981 *apud* Meirelles, 2018, p. 162), em seu livro *Geopolítica do Brasil*, afirma que:

O Brasil está em condições, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para barganha real – manganês, areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, contra um ataque envolvente ao território norte-americano via Dacar – Brasil – Antilhas, mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estrutura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, pondo um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação ao nosso país e à Argentina. Ambas nações (*sic*), por exemplo, igualmente aquinhoadas, contra todas as razões e todas as evidências, em armas navais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Na mesma linha, o general golpista Juracy Magalhães, ministro das Relações Exteriores do governo Costa e Silva, chegou a afirmar que “tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (Giannasi, 2011, p. 61). Isso mostra que o governo da ditadura militar ignorou a mensagem contida na frase realista do secretário de Estado estadunidense John Foster Dulles, no período de 1953 a 1953, segundo a qual “um país não tem amigos nem inimigos; tem interesses” (Giannasi, 2011, p. 88). Infelizmente, a cegueira ideológica não permitiu que os nossos militares vissem essa realidade. Há uma corrente nas forças armadas chamadas de entreguista, ideologicamente alinhada com os interesses estadunidenses, a partir da defesa de uma pauta que inclui a abertura comercial, a privatização de recursos e ativos estratégicos, além da tomada de decisões nacionais respaldadas, principalmente, no interesse norte-americano. De acordo com o Instituto Humanitas Unisinos (2020), esse entreguismo foi preponderante em três momentos bastante distintos. O primeiro se deu logo após a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em que alguns altos oficiais que integraram a FEB passaram a difundir a ideia de que o país deveria se atrelar aos interesses estadunidenses como forma de se proteger do comunismo, o que levou tanto à deposição (1945) quanto ao suicídio de Vargas (1954), pelo fato de ele ser nacionalista e, como tal, dificultar aqueles interesses. O segundo ocorreu durante as fases iniciais do Golpe Militar de 1964, em que os líderes intervencionistas viam as políticas nacionalistas de João Goulart como sendo de natureza comunista. Por fim, o terceiro momento entreguista das forças armadas foi com o golpe do *impeachment* de Dilma, em que alguns oficiais e grupos de militares manifestaram seu apoio à deposição dela através das redes sociais, principalmente do *Twitter*. Contudo, esses dirigentes sequer fizeram uma nota de repúdio contra as medidas entreguistas do governo Temer, como a abertura comercial e o alinhamento com os interesses norte-americanos, em grande medida relativas à soberania nacional e ao desenvolvimento econômico sustentável. No governo Bolsonaro, os militares, que passaram a ser o próprio governo, cancelaram o beijo que Bolsonaro deu na mão de Trump, a locação quase gratuita da Base de Alcântara, no Maranhão, aos Estados Unidos, e a venda da Embraer, que resultou na entrega de ativos estratégicos do país, com o conseqüente prejuízo à soberania nacional.

Outro problema que reforça a militarização em detrimento da democracia é que quase nada mudou na educação dos militares com a redemocratização do país. Segundo D'Araujo (2012 *apud* Castro, 2018, p. 212), “na Aman, o golpe de 1964 ainda é tratado como 'revolução democrática' e os efeitos da ditadura são expostos de forma apologética”. Na mesma perspectiva, Estre (2012 *apud* Castro, 2018, p. 213) afirma que “a Aman permanece, em grande medida, apartada do restante do meio acadêmico, a despeito do cadete receber, após a conclusão do curso, um diploma universitário de bacharel”. Ele acrescenta que, nessa academia de formação de oficiais, os instrutores falam sempre na preservação das tradições militares, mas nunca fazem qualquer alusão à palavra democracia.

Diante dessa situação inaceitável, urge que o Ministério da Educação tenha participação na composição da grade curricular para formação de oficiais, como forma de garantir que temas como direitos humanos e cidadania sejam abordados de forma adequada. Afinal, os soldados devem ser



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

formados não apenas para a guerra, mas também como cidadãos conscientes e responsáveis, sob pena de termos nos militares os eternos coveiros da nossa democracia.

4. MÉTODOS

O presente estudo é decorrente de uma pesquisa bibliográfica realizada com a finalidade de revisar a literatura existente sobre o tema “golpes militares no contexto da democracia”. As fontes utilizadas incluíram artigos acadêmicos, livros, tese de doutorado, dissertação de mestrado, monografia de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* e matérias jornalísticas relevantes, além da Constituição de 1988, do Código Penal e da Lei da anistia.

A pesquisa de literatura sobre o tema proposto foi realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, SciELO, Periódicos Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, além do próprio Google, utilizando palavras-chave como “politização das forças armadas”, “golpe militar”, “militarização e democracia”, “tutela militar” e “periferia do capitalismo e forças armadas”. Em seguida, após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, foi identificado e confirmado um total de 18 artigos, 1 tese de doutorado, 1 dissertação de mestrado e 1 monografia de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*. Também foi utilizado um total de 12 livros físicos.

Os dados foram organizados em grupos temáticos selecionados a partir de fontes que não apenas elencam fatos relacionados ao tema, mas que também apresentam críticas sobre a formação e a ideologia das forças armadas, como a educação militar e sua influência na política, existentes em obras de historiadores, cientistas políticos, sociólogos e economistas. Em seguida, após a avaliação das contribuições e limitações das fontes revisadas, foi possível a identificação de lacunas no conhecimento atual, em meio as quais o presente trabalho foi construído.

Por fim, importa dizer que o leitor pode acessar, de forma clara e objetiva, o tema em questão, a partir das técnicas de pesquisas empregadas no presente texto.

5. CONSIDERAÇÕES

Quando se fala em golpe militar, vem à nossa mente o golpe de 1964, em grande medida devido aos seus impactos históricos, políticos e sociais. Ele instaurou o período ditatorial mais longo de nossa história, marcado pela reiteração da prática de repressão, censura e violação de direitos humanos como política de governo, o que resultou em tortura, desaparecimento e assassinato de opositores políticos. O real número de vítimas, até hoje, sessenta anos depois, permanece desconhecido, pois os militares simplesmente não permitem que essa história seja esclarecida, e o poder civil não tem tido força suficiente para fazê-lo. Isso é uma demonstração clara de que o golpismo continua vivo. É uma negação do cumprimento do dever de transparência da Administração Pública, que inclui a resolução do passado, especialmente no que diz respeito aos atos, decisões e processos desenvolvidos no interior do governo, sendo este o caso. Apenas a arbitrariedade justifica a ocultação desse passado.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

Este artigo se propôs a fazer uma análise dos fatos considerados centrais para a compreensão da relação entre militarização e democracia em nosso país, relação essa que se caracteriza por ser inversamente proporcional. Isso implica dizer que quanto mais militarizado for um país, mais vulnerável será seu povo a golpes militares, pois, uma vez sufocado pela militarização, não consegue formar instituições capazes de evitar uma intervenção militar na política, que pode ser considerada a "célula mãe" do golpe militar. Intervenções dessa natureza, sempre utilizando a força militar, passam a ser vistas como soluções adequadas para crises políticas, com sérias implicações para a democracia.

Na primeira seção, intitulada "A militarização no Brasil", analisamos a combinação dos fatos que levaram ao surgimento e desenvolvimento do militarismo no Brasil, bem como as razões pelas quais ele ainda é tão forte atualmente, apesar de termos passados por uma ditadura militar de vinte e um anos que nos deixaram marcas indeléveis. Na segunda parte, intitulada "O papel das forças armadas no golpismo", apresentou uma análise histórica sobre a atuação golpista das nossas forças armadas, desde a Proclamação da República até os dias atuais, incluindo o regime de governo adotado por elas quando resolveram exercê-lo diretamente. Na última seção, intitulada "A relação entre militarização e democracia", discutimos as implicações dessa relação no bem-estar da sociedade.

Disso decorre que a militarização é uma característica comum nos países da periferia do capitalismo, decorrente da conjugação de fatores como instabilidade política, dependência econômica dos países centrais, influências históricas e culturais, onde as corporações militares, que têm nas milícias de proteção aos fazendeiros da época colonial, continuam como auxiliares das oligarquias (Camparato, 2018, p. 19), causando a fragilidade das instituições democráticas. Suas consequências são de enorme gravidade, pois implicam agressões às liberdades individuais, repressão a opositores políticos e perpetuação de regimes autoritários, impedindo o desenvolvimento de uma democracia permanente e inclusiva.

Os militares, portanto, têm se comportado como tutores da sociedade e como poder moderador dos três poderes da República. Prova disso é o artigo 142 da Constituição, que estabelece, textualmente, que as Forças Armadas se destinam à garantia dos três poderes constitucionais. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido que os militares não têm esse poder, muitas pessoas continuam achando que eles são muito mais do que isso, o que justificou os acampamentos em frente aos quartéis do Exército, pedindo golpe militar para anular o resultado das urnas nas últimas eleições presidenciais. Enquanto isso, o Exército, demonstrando sua vocação golpista, aceitou tal movimento como se fosse uma manifestação do direito à liberdade, o que não é verdade, pois o que estava acontecendo era uma tentativa de golpe, um crime tipificado no art. 359-M do Código Penal.

Será que o Exército aceitaria esse tipo de manifestação se o MST, uma vez acampado em frente a seus quartéis, solicitasse sua ajuda para a realização de reforma agrária no país, o que, ao contrário daquele movimento, é garantido pelo artigo 184 da Constituição de 1988? Certamente não,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

o que demonstra que a principal força armada do país, além de não ser uma instituição democrática, trabalha a serviço do grande capital nacional e internacional.

Por fim, como forma de reverter essa situação, ainda que a médio e longo prazo, sugerimos a implementação de políticas públicas que incluam, dentre outras medidas, a educação cívica e política, consistente na implementação de programas educacionais que disponham sobre princípios democráticos, direitos humanos e o papel das instituições civis, e reformas nas forças armadas, que incluam a educação em direitos humanos na formação dos fardados e o respeito aos direitos civis em todas as escolas militares, bem ainda como a desmilitarização de funções típicas de segurança pública, nas quais deve ser mantida a atuação preponderantemente civil.

REFERÊNCIAS

ALIAGO, Luciana. Militarismo, cultura e movimentos antidemocráticos no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, p. 21-40, 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da nova República à virada autoritária no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-34, 2021.

ARAÚJO, Luiz Antônio. Militares no poder: como o general Etchegoyen ganhou força no governo e preparou terreno para a vigilância do Estado. **Interceptar Brasil**, 22 out. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/10/22/general-etchegoyen-tem-vigilancia-estado/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BARBOSA, Juliana. Villas Bôas: postagens antes do HC de Lula tiveram participação do Exército. **Metrópoles**, São Paulo, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5934738>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna do Brasil: a influência da política externa americana na segurança interna do Brasil (1945-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 1, p. 55-70, jan./jun. 1993.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório – Tomo I**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei da Anistia. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Supremo envia investigação sobre tentativa de golpe de estado à PGR**. Brasília, DF, 26 de novembro de 2024. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/supremo-envia-investigacao-sobre-tentativa-de-golpe-de-estado-a-pgr/>. Acesso em: 01 dez. 2024.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a ação e a democracia. **Escola de Economia de São Paulo – Textos para discussão**, São Paulo, n. 191, jun. 2009.

BUENO, Newton Paulo. A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação na nova economia institucional. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, p. 435-455, abr./jun. 2007.

CARLO, Josnei Di. Do liberalismo ao estatismo: uma ideologia pendular da ditadura militar segundo Mário Pedrosa. Agenda Política. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, v. 1, p. 34-61, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. O exército brasileiro: a construção de um poder político. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; RESENDE, Lucas Pereira (organizadores). **Forças armadas e política no Brasil republicano: da Proclamação da República à Constituição cidadã (1889-1988)**: v 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

CASTRO, Celso. Os militares e o golpe republicano de 1889. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; RESENDE, Lucas Pereira (organizadores). **Forças armadas e política no Brasil republicano: da Proclamação da República à Constituição cidadã (1889-1988)**: v 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

CÉSAR, Caio. Como o governo Biden agiu para impedir um golpe no Brasil em 2022, segundo o 'Financial Times'. **Carta Capital**, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-biden-agiu-para-impedir-um-golpe-no-brasil-em-2022-diz-jornal-britanico/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira: visão histórica**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento tenentista: um debate historiográfico. **Espaço Acadêmico**, n. 108, p. 127-133, maio 2010.

FARIA, Luiz Augusto. **Sobre militar e política**. [S. l.]: FCE/UFRGS, 2020. Disponível em: https://www.google.com/search?q=fce+ufrgs&rlz=1C1CHBF_enBR1132BR1132&og=fce+uf&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqBwgBEAAYgAQyBggAEEUYOTIHCAEQABiABDIHCAlQABiABDIHCAMQABiABDIIC_AQQABgWGB4yCAgFEAAYFhgeMgqIBhAAGBYHjllCACQABgWGB4yCAgIEAAYFhgeMgqICRAAG_BYYHtIBCDkwNjZqMGo3qAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 24 out. 2024.

GARCIA, Maria Fernanda. **Observatório do terceiro setor: quase 2 mil pessoas foram torturadas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2022.

GENTILE, Fábio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, p. 92-110, 2018.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico"**. 2011. 313f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GUILHERME, Cassio Augusto. A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rouseff (2011). **Revista História em Reflexão**. v. 15, n. 29, jan./jun., 2021.

GUIMARÃES, Sebastião Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contracorrente, 2007.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

HOSHINO, Camila. O que está por trás da militarização das escolas no Brasil? **Lunetas**, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://lunetas.com.br/militarizacao-das-escolas/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

INÁCIO, Evaldo Selau. **Por que João Goulart não reagiu? O dilema final do governo depositado em 1964**. 2010. 97f. (Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar) - Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2010.

INSTITUTO HUMANITAS. Oentreguismo fardado no governo Bolsonaro: um projeto político. São Leopoldo: **Instituto Humanitas Unisinos**, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602822-o-entreguismo-fardado-no-governo-bolsonaro-um-projeto-politico>. Acesso em: 09 nov. 2024.

INSTITUTO TRIDIMENSIONAL DE PESQUISA SOCIAL. A questão militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política. **Dossiê**, n. 50, mar. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-50-brasil-forcas-armadas/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

LIMA, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a educação**. 2018. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifício Universidade Católica de Goiás - PUC-Goiás, Goiânia, 2018.

LIMA, Sued Castro. *In*: BARBOSA, Joaquim Rodrigues et al. (Org.). **Militares e Política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LYNCH, Cristian Edward. A necessidade, contingência e contrafactualidade: a queda do Império reconsiderada. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 38, p. 190-216, maio/ago. 2018.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Cabe às Forças Armadas modera os conflitos entre os Poderes. **Revista Consultor Jurídico**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-28/ives-gandra-artigo-142-constituicao-brasileira>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MATTOS, Marcela; BORGES, Laryssa. Exclusivo: as revelações do ex-comandante do exército sobre a trama golpista. **Veja**, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/exclusivo-as-revelacoes-do-ex-comandante-do-exercito-sobre-trama-golpista>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MEIRELLES, Bolívar Marinho Soares de. Ideologia na educação militar brasileira. *In*: BARBOSA, Joaquim Rodrigues et al. (Organizações). **Educação e militarização**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MORAES, João Quartim de. A guerra, a FEB e o golpe liberal. *In*: BARBOSA, Joaquim Rodrigues, et al. (Org). **Educação e militarização**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa**: a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

NASSIF, Luis. A lei de remessa de lucros de Vargas. **Folha de São Paulo**, 12 fev. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1202200606.htm>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O golpe do Estado Novo (1937). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, p. 83-106, jun. 1998.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, 1997.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

PASE, Ana Paula Dupuy Patella et al. O bem-estar social e as políticas públicas destinadas à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil e Portugal. **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, p. 24-49, jan./abr. 2020.

PENIDO, Ana. As forças armadas e as lutas populares no Brasil: breve introdução. *In*: BUZETTO, Marcelo (Org). **Democracia e direitos humanos no Brasil: a ofensiva das direitas** (2016/2020). São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

PEREIRA, Túlio Augusto de Paiva. As tramas, as conspirações, os golpes e os acontecimentos que prenunciaram 1964 no Brasil: governo João Goulart. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, p. 112-152, fev. 2021.

PODER 360. O Comandante do Exército manda recado e 'assegura à nação' repúdio à impunidade. **PODER 360**, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/comandante-do-exercito-manda-recado-e-assegura-a-nacao-repudio-a-impunidade/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

POMPEU, Ana. Toffoli escolhe novo general para assessorá-lo no Supremo. **Revista Consultor Jurídico**, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-nov-27/toffoli-escolhe-general-assessora-lo-supermo/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SAINT-PIERRE, Hectar Luis. Relações civis-militares: uma preocupação política à constituição epistêmica. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina; RESENDE, Lucas Pereira. **Forças armadas e política no Brasil republicano: da Proclamação da República à Constituição cidadã** (1889-1988). v. 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 3, p. 855-860, dez. 2013.

SILVA, Clara Alves. Democracia no século XX: uma complexa relação política entre Estados Unidos e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 1, p. 9-32, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

STARLING, Eloísa. **A máquina do golpe 1964: como foi desmontada a democracia no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 6457. Relator: Ministro LUIZ FUX**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5934738>. Acesso em: 08 nov. 2024.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Ideologia do autoritarismo militar no Brasil: a gênese no exército. **Caminhos da História**, Porto Alegre, v. 1, 2024.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Ideologia do autoritarismo no Brasil: a gênese no Exército. **Caminhos da História**, v. 29, n. 1, p. 28-41, 2024.

TEIXEIRA, Rodrigues Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

URIBE, Gustavo. Segundo coronel reformado, a FIESP subornou o ex-ministro de Jango para apoiar o golpe. **O Globo Política**, Rio de Janeiro, 18 fev. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/segundo-coronel-reformado-fiesp-subornou-ex-ministro-de-jango-para-apoiar-golpe-11638679>. Acesso em: 07 nov. 2024.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O GOLPISMO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL
José Batista de Andrade

VALENTE, Rubens. Pesquisa iniciada pelo colaborador da UnB e ex-preso político Gilney Viana contabilizou vítimas da ditadura militar de 1964 a 1988. **Agência Pública**, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

VICTOR, Fábio. **Poder camuflado**: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ZANGHELINI, Fabrício André; ALVES FILHO, Olinto Silveira. 1964: golpe de classe e consolidação do imperialismo no Brasil. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, UFSC, v. 2, maio. 2019.

ZAVERUCHA, Jorge. Uma tutela militar restaurada. **Revista de Política Internacional**, v. 46, n. 7-25, jan./mar. 2003.

ZERO HORA. Vídeo mostra bolsonaristas pedindo “SOS” com celulares sobre as cabeças em frente ao quartel de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/11/videomostربولsonaristaspedindo-sos-comcelularessobreascabecasemfrenteaquarteldeportoalegreclarenp07003v014uv1coj3uf.html>. Acesso em: 23 out. 2024.